



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 26 FEV 2014
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 93/2014

Altera a Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Palotina - ADEFIPAL, com sede e foro no Município de Palotina".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 93/2014

Projeto de Lei nº. 93/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.598/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE PALOTINA” PARA “ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PALOTINA - ADEFIPAL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



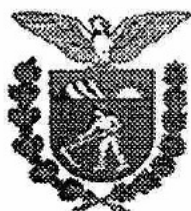
Lei 12.598/1999. Súmula: Declara como Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação dos Deficientes de Palotina" para "Associação dos Deficientes Físicos de Palotina", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

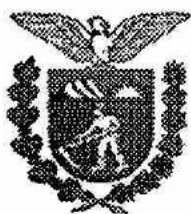
Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de Março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Fernando


Dep. Turiani


Dep. Curi



Dep. Kaupion


Dep. Leites


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.03.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
31 MAR. 2014	
DAP	
Visto	<i>Maudia</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 93/2014 DAP

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 93/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

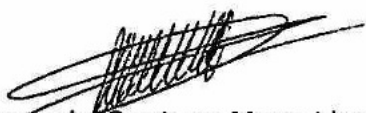
"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Palotina - ADEFIPAL, com sede e foro no Município de Palotina.


Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Palotina - ADEFIPAL, com sede e foro no Município de Palotina.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

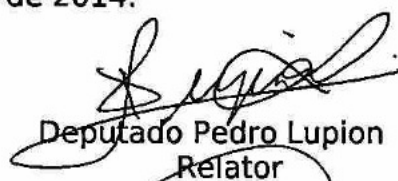
Sala das Sessões, em 31 de março de 2014.


Deputado Caíto Quintana
Presidente


Deputada Cantora Mara Lima
Membro


Deputado Ferdin Turini
Membro


Deputado Anibelli Neto
Membro


Deputado Pedro Lupion
Relator


Deputado Tadeu Veneri
Membro

Deputado Andre Bueno
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 93/2014

Projeto de Lei nº 93/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.598, de 8 de junho de 1999.

Ocorre que, em data de 31 de março de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

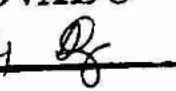

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





APROVADO

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 96 /2014

Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários e Voluntárias de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 11780 - 10 de Julho de 1997

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5042 de 10 de Julho de 1997

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 10 de julho de 1997.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Alterar Denominação.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
**ESTADO DE
GOVERNO**



DIVERGÊNCIA.
ESTAB. - CNPJ. COM A LEI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 96/2014

Projeto de Lei nº. 96/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.780/1997 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE CARIDADE” PARA “ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE CARIDADE DE ROLÂNDIA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 11.780/1997. Súmula: Declara como Utilidade Pública a Associação a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação a Associação das Voluntárias de Caridade" para "Associação dos Voluntários e Voluntárias de Caridade de Rolândia", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

Dep. Luri

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Carlos

Dep. Tupyini

Dep. Traiano

Dep. Herculano

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Nereu **APROVADO**
25.03.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plêniário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 02 ABR. 2014
Visto *Cláudio*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 96/2014



Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 96/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

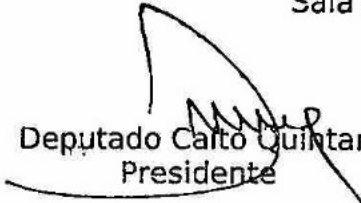
Art. 1º A Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

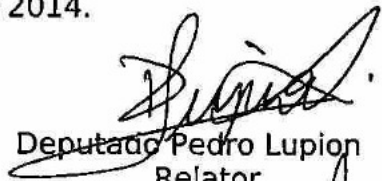
"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."


Sala das Sessões, em 2 de abril de 2014.



Deputado Calto Quintana
Presidente


Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputada Cantora Mara Lima
Membro


Deputado Tadeu Veneri
Membro


Deputado Fercilio Turini
Membro


Deputado Andre Bueno
Membro

Deputado Anibelli Neto
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 96/2014

Projeto de Lei nº 96/2014

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997.

Ocorre que, em data de 02 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






APROVADO

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nelson

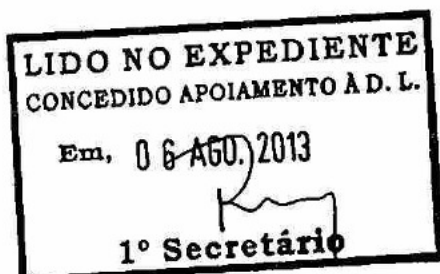


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 343/13



Sumula: Fica Denominada de Capital Paranaense
do Jeans a cidade de Pérola, Estado do
Paraná.

Art. 1º - Fica denominada Capital Paranaense do Jeans a cidade de Pérola, na região noroeste do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 06 de agosto de 2.013


NELSON GARCIA
Deputado Estadual

15:20 06/08/2013 006703 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O município de Pérola, localizado na região noroeste do Estado do Paraná distante 45 km de Umuarama, possui segundo último censo do IBGE10:208 (dez mil duzentos e oito) habitantes, 7.734 (sete mil setecentos trinta e quatro) eleitores, 54 (cinquenta e quatro) empresas de Jeans entre Fiação, Acabamento, Bordados e Indústria, gerando em torno de 2800 (dois mil e oitocentos) empregos diretos e aproximadamente 5000 (cinco mil) indiretos.

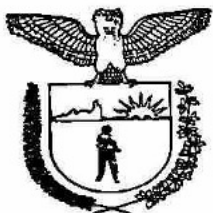
São produzidas no município 17 marcas de jeans de renome nacional.

Pérola é a cidade sede do Grupo Oppnus que tem a empresa Oppnus Indústria do Vestuário Ltda com 6 (seis) marcas de Jeans conhecidas nacionalmente, estas marcas atendem clientes em todos os estados brasileiros

A Oppnus hoje produz aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) de peças por mês, e a cada 90 segundos é faturada uma peça de Jeans do Grupo Oppnus sendo considerada uma das maiores empresas de Jeans do país.

Todos os fatos acima nos levam a acreditar que Pérola é hoje a Capital Paranaense do Jeans, motivo pelo qual solicitamos aprovação do referido projeto.

Nar



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 343/2013

Súmula: Fica denominada de Capital Paranaense do jeans a cidade de Pérola, Estado do Paraná.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 343/2013, de autoria do Dep. Nelson Garcia tem por objetivo, denominar de Capital Paranaense do jeans a cidade de Pérola, Estado do Paraná.

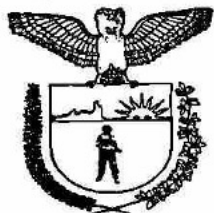
Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça para sua análise, recebendo parecer favorável.

Sendo então encaminhada a Comissão de indústria e Comércio, cabendo a este parlamentar a relatoria.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva, denominar de Capital Paranaense do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa




jeans a cidade de Pérola, Estado do Paraná.


Do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é relevante por estar presente o interesse da população e da sociedade como um todo, pois a região noroeste do Estado do Paraná, é detentora de 54 empresas de jeans.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 343/2013.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Caio Quintana
Relator


Deputado Nelson Jorj


Deputado Jones

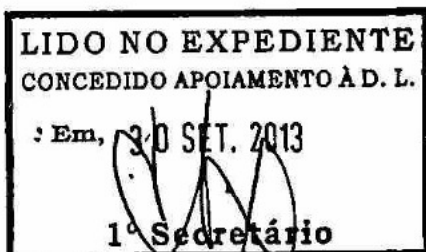


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 465/13



EMENTA: Declara de Utilidade Pública Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada, nos termos da lei, entidade de Utilidade Pública o Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2013.


NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei em questão tem por escopo declarar de Utilidade Pública o Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Instituto tem como objetivos participar ativamente dos trabalhos de construção do desenvolvimento integral dos cidadãos, promovendo a pesquisa, a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia, e a saúde em benefício da promoção humana em âmbito local, regional e nacional.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2013

Projeto de Lei nº. 465/2013
Autor: Deputado Ney Leprevost.

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia**, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia**, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



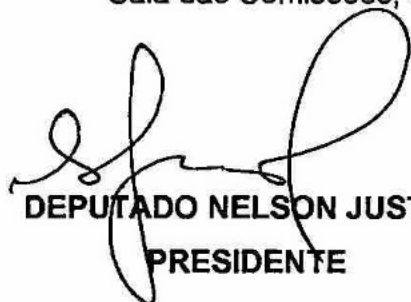
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Paulo
Dep. Carlos


Dep. Turini


Dep. Walter
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 465/2013


De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 465/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública o **Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia**, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o **Instituto Scribner de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia**, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2013.

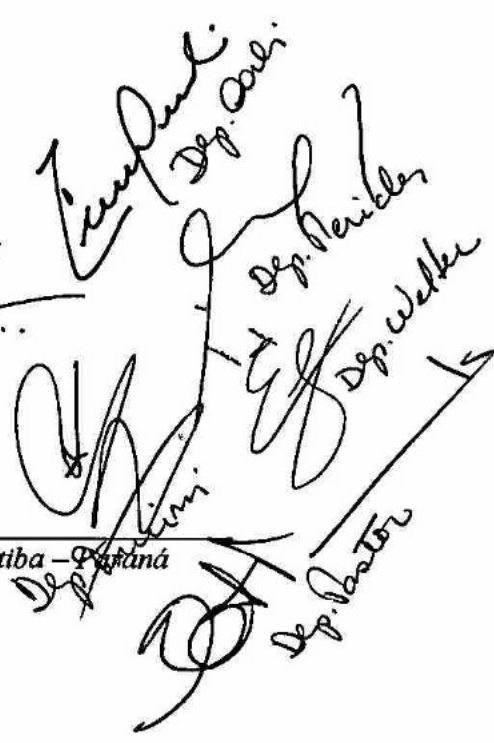

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

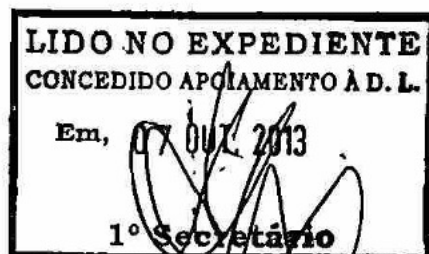
APROVADO

27/05/14


Dep. Carlos
Dep. Pericles
Dep. Walker
Dep. Pastor



PROJETO DE LEI Nº 481/2013



Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná, com sede no município de Rio Azul/PR e foro no município de Rebouças/PR.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná, com sede no município de Rio Azul/PR e foro no município de Rebouças/PR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2013.


Valdir Rossoni
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná é uma entidade de direito privado, constituída e registrada nos termos da Lei, de caráter não governamental e para fins não econômicos, com sede no município de Rio Azul/PR e foro no município de Rebouças/PR.

A Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná tem como objetivo institucional contribuir para a evolução das políticas públicas em geral, com ênfase nas áreas de ecologia e meio ambiente, ciência e tecnologia, tecnologias sociais e empreendedorismo, agricultura orgânica e silvicultura, turismo, cultura e patrimônio histórico, gestão e planejamento municipal participativo e desenvolvimento local sustentável no âmbito das microrregiões sul do Estado do Paraná, ou seja, no âmbito da Região Turística “Terra dos Pinheirais” abrangendo 19 (dezenove) municípios.

A Associação sempre atuou na busca de alternativas para o desenvolvimento regional, com foco na agricultura familiar, educação e pesquisa e turismo.

Diante do exposto, solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual para a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná. A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente. Por isto solicitamos apoio de vossos ilustres pares para aprovar o presente Projeto de Lei, por ser do mais justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 481/2013

Projeto de Lei nº. 481/2013
Autor: Deputado Valdir Rossoni.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná**, com sede no Município de Rio Azul/PR e foro no município de Rebouças/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná**, com sede no Município de Rio Azul/PR e foro no município de Rebouças/PR, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.

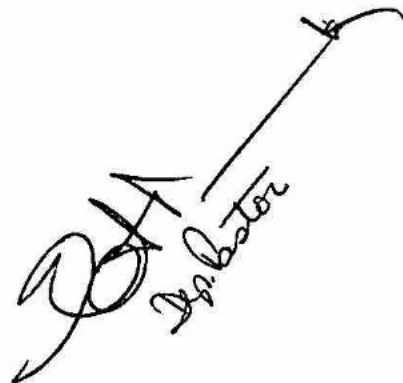

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos

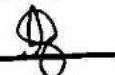

Dep. Roberto


Dep. Luciano


Dep. Roberto

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14 



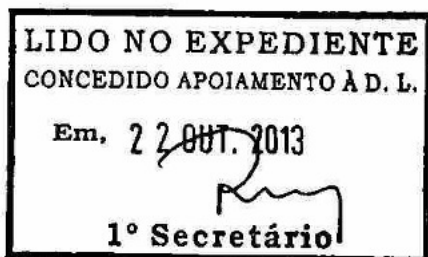
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Andre Bueno



PROJETO DE LEI Nº 543 / 2013



Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Paranaense do Esporte, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Paranaense do Esporte, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2013.

ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



JUSTIFICATIVA

O esporte é uma prática milenar e uma das mais importantes manifestações culturais dos últimos tempos. Inúmeros documentos provam que as competições já eram praticadas pelas mais antigas civilizações, quando corriam, saltavam, lançavam objetos à distância, caçavam, nadavam e participavam dos rituais religiosos e cultos aos deuses.

Desde meados do século XIX, o esporte tem sido um elemento chave na construção de uma cultura política, fundamentada na questão do que seria a identidade nacional. A prática esportiva esteve ligada aos exércitos e às guerras, com o compromisso de aprimorar e devolver a força física dos soldados, a fim de obter mais vitórias nas batalhas, demonstrando a superioridade de um povo.

Atualmente, o esporte está interligado a diversos outros fatores. O esporte facilita o processo educativo, promove a socialização, a cooperação, participação, o prazer, a espontaneidade, a iniciativa e serve de aprendizado para a vida em sociedade. A prática esportiva possibilita a integração social do indivíduo ao grupo ou ao meio, conhecer suas reais possibilidades e interesses; estimula a criatividade, o autoconhecimento, a independência, a responsabilidade pessoal, convivência com vitórias e derrotas, desenvolve a autoconfiança e promove a integração social e os valores éticos.

Diante do exposto, desejo contemplar, no calendário oficial do Estado do Paraná, uma semana dedicada à prática de esportes, nas suas diversas modalidades, homenageando, ainda, os atletas.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2013.



ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 543/2013

Projeto de Lei nº. 543/2013

Autor: Deputado Andre Bueno.

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana Paranaense do Esporte, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA PARANAENSE DO ESPORTE. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Andre Bueno, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Semana Paranaense do Esporte, a ser realizada anualmente na segunda quinzena do mês de fevereiro, em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE em exercício

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

23/04/14
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

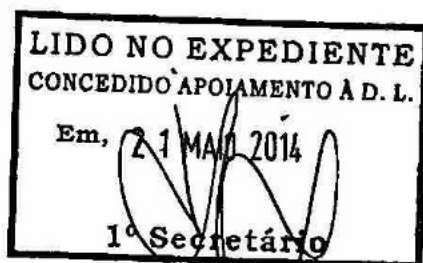


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 224/14



Declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Meninos da Harmonia, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Meninos da Harmonia, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2014.


FRANCISCO BÜHRER
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação Cultural Meninos da Harmonia (ACMH) é uma organização da sociedade civil de interesse público, constituída em forma de associação de fins não econômicos, com atuação da área cultural, especificamente no desenvolvimento de atividades educacionais na área musical, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Diante do importante e fundamental trabalho realizado pela Associação Cultural Meninos da Harmonia junto à população local, solicita-se a concessão do Título de Utilidade Pública. A documentação exigida pela legislação pertinente segue em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 224/2014

Projeto de Lei nº. 224/2014
Autor: Deputado Francisco Buhner

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Cultural Meninos da Harmonia**, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Buhner, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Cultural Meninos da Harmonia**, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

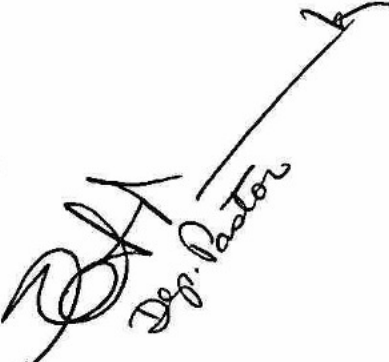

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Paulo
Dep. Cali



Dep. Walter


Dep. Tarciani


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 224/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 224/2014, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a **Associação Cultural Meninos da Harmonia**, com sede no Município de São José dos Pinhais e foro regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

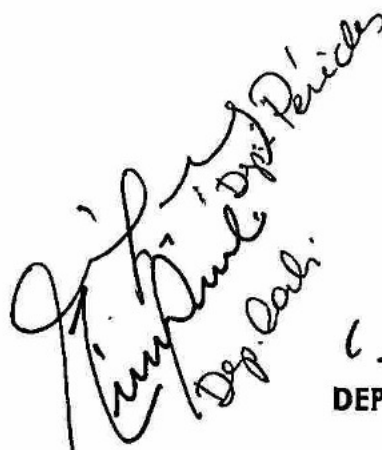
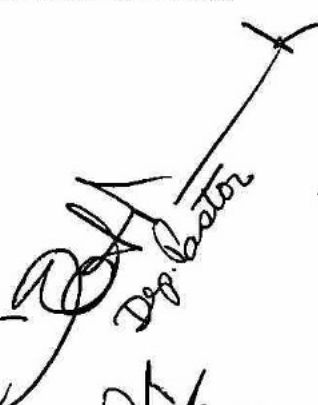

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a **Associação Cultural Meninos da Harmonia**, com sede no Município de São José dos Pinhais e foro regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14